COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, SANEAMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL.

PARECER N.º /2015.

PROJETO DE LEI N.º 15/2014.

OBJETO: **Desafeta o imóvel público que especifica e autoriza o Município a doá-lo à Associação Noroeste Mineiro de Estudos e Combate ao Câncer – Anmec – e dá outras providências.**

AUTOR: **PEFEITO DELVITO ALVES DA SILVA FILHO.**

RELATOR: **VEREADOR ZÉ GOIÁS.**

1. Relatório

Trata-se do Projeto de Lei n.º 15/2015, de autoria do Prefeito Delvito Alves da Silva Filho que desafeta o imóvel público que especifica e autoriza o Município a doá-lo à Associação Noroeste Mineiro de Estudos e Combate ao Câncer – Anmec – e dá outras providências.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer, sob a relatoria do Vereador Zé Goiás, por força do r. despacho do Vereador Eugênio Ferreira, na qualidade de Presidente desta Comissão.

2. Fundamentação

A competência desta Comissão está prevista no inciso IV do artigo 102 do Regimento Interno que assim diz:

IV – Comissão de Educação, Saúde, Saneamento e Assistência Social:

- a) política e sistema educacional, inclusive creches, e recursos humanos, materiais e financeiros para a educação;
- b) criação de escolas e modificação da estrutura do sistema do ensino fundamental;
- c) normas emitidas pelo Conselho Municipal de Educação;
- d) assuntos relativos à saúde, saneamento básico e assistência social em geral;**
- e) organização da saúde, em conjunto com o sistema unificado de saúde;**
- f) ações e serviços de saúde pública, campanhas de saúde pública, erradicação de doenças endêmicas e imunizações;**
- g) medicinas alternativas;
- h) higiene, educação e assistência sanitária;
- i) atividades médicas;**
- j) controle de drogas, medicamentos e alimentos, sangue e hemoderivados;
- k) política, planos plurianuais e programas de saneamento básico; e
- l) limpeza urbana, coleta, tratamento e destinação final do lixo.

O objetivo do projeto está totalmente inserido na competência da Comissão de Comissão de Educação, Saúde, Saneamento e Assistência Social, especialmente no tocante aos **assuntos relativos à saúde, saneamento básico e assistência social em geral; organização da saúde, em conjunto com o sistema unificado de saúde; ações e serviços de saúde pública, campanhas de saúde pública, erradicação de doenças endêmicas e imunizações e atividades médicas.**

Em análise dos motivos do Autor podemos vislumbrar o caráter imprescindível da conclusão do projeto arquitetônico para construção do Hospital do Câncer do Noroeste Mineiro da pretensa lei, conforme se transcreve:

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares deste Poder Legislativo para encaminhar à deliberação legislativa o incluso Projeto de Lei que “desafeta o imóvel público que especifica e autoriza o Município a doá-lo à Associação Noroeste Mineiro de Estudos e Combate ao Câncer – Anmecc – e dá outras providências.”

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a presente propositura de lei visa atender solicitação formal da Anmecc, entidade assistencial e sem fins lucrativos, para viabilizar a doação do imóvel público especificado na propositura, que faz divisa com terreno já doado pela municipalidade por intermédio das Leis n.º 2.608, de 2009; 2.640, de 2010; e 2.733, de 2011.

Segundo informações constantes no bojo do Processo n.º 03456-001/2014, a doação do imóvel público em deslinde é imprescindível para conclusão do projeto arquitetônico para construção do Hospital do Câncer do Noroeste Mineiro.

A doação do imóvel em questão é de extrema relevância porquanto será destinado para a construção de um hospital para atender pessoas com câncer, que buscam tratamento ambulatorial em outras cidades.

Infelizmente, a demanda para essa natureza de tratamento ambulatorial é crescente o que nos impulsiona a desenvolver políticas efetivamente relacionadas com a saúde, bem como a apoiar entidades filantrópicas que auxiliam o Poder público, inclusive no desenvolvimento de atividades cuja responsabilidade é do Estado.

Assim, a doação do imóvel será de grande valia para que a Associação Noroeste Mineiro de Estudos e Combate ao Câncer conclua os procedimentos arquitetônicos necessários para a construção do hospital.

O imóvel público em questão se enquadra na categoria de bens públicos de uso especial, que de regra são inalienáveis, razão pela qual imperiosa se faz sua desafetação passando-o a categoria dos bens disponíveis da municipalidade.

Finalizando, na expectativa de lograr êxito quanto a aprovação da propositura em apreço, subscrevo-me, na oportunidade em que renovamos a Vossa Excelência protestos de estima e respeito, extensivamente a todos os membros dessa Casa Legislativa.

2.1 Relatório da Subcomissão Especial sobre o Uso dos Agrotóxicos da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados de novembro de 2011:

O Relatório Final da Subcomissão Especial sobre o Uso dos Agrotóxicos, criada dentro da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados de 22 de novembro de 2011, assinado pelo Deputado Federal Padre João, citou o nome da cidade de Unaí sobre a incidência do mal do câncer, tornando-se oportuno e conveniente trazer a lume parte do texto do importante relatório que se passa a seguir:

Alguns dados apresentados a esta Subcomissão, inclusive nas visitas técnicas in loco, mostram a elevação da incidência de uma série de doenças crônicas nas regiões de intensa produção agrícola. A incidência de câncer em regiões produtoras de Minas Gerais, que usam intensamente agrotóxicos em patamares bem acima das médias nacional e mundial, sugere uma relação estreita entre essa moléstia e a presença de agrotóxico. Neste estado, na cidade de Unaí, esta sendo construído um Hospital de Câncer, em virtude da grande ocorrência desta doença na região. Segundo os dados apresentados na Ausculta Pública que realizamos nesse município, já estão ocorrendo cerca de 1.260 casos/ano/100.000 pessoas. A média mundial não ultrapassa 400 casos/ano/100.000 pessoas.

Assim, diante dos motivos elencados e com fundamento nos princípios éticos deste Relator não há como não atender ao objeto da proposição em tela uma vez que o câncer é doença que ameaça em grande escala os moradores do Município que, atualmente, dirigem-se à cidade de Barretos no Estado de São Paulo para buscar o tratamento digno e eficiente para tal mal e o que a Anmec quer realizar na cidade de Unai é a construção de hospital de tratamento do mal do câncer nos moldes do que é realizado em Barretos- SP e que os unaienses já conhecem bem.

Sem mais considerações, passa-se à conclusão.

3. Conclusão

Em face do exposto, opina-se favoravelmente ao Projeto de Lei nº 15/2015.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 14 de abril de 2015; 71º da Instalação do Município.

VEREADOR ZÉ GOIÁS
Relator Designado